



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Isadora Ruschel Castanhel

Guerreiras na fronteira

*Histórias de mulheres guarani e kaiowá que resistem em terras indígenas
entre o Brasil e o Paraguai*

RELATÓRIO TÉCNICO
do Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de *Projetos Experimentais*
ministrada pelo Prof.º Fernando Antonio Crocomo
no segundo semestre de 2016
Orientador: Prof.º Mauro César Silveira

Florianópolis
Dezembro de 2016

Isadora Ruschel Castanhel

Guerreiras na fronteira

Histórias de mulheres guarani e kaiowá que resistem em terras indígenas entre o Brasil e o Paraguai

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Jornalismo. Curso de Jornalismo, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof^o. Mauro César Silveira

Florianópolis
2016

FICHA DO TCC	Trabalho de Conclusão de Curso JORNALISMO UFSC	
ANO	2016.2	
ALUNA	Isadora Ruschel Castanhel	
TÍTULO	Guerreiras na fronteira – Histórias de mulheres guarani e kaiowá que resistem em terras indígenas entre o Brasil e o Paraguai	
ORIENTADOR	Mauro César Silveira	
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso
	<input type="checkbox"/>	Rádio
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo
	<input checked="" type="checkbox"/>	Foto
	<input type="checkbox"/>	Web site
	<input type="checkbox"/>	Multimídia
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)
	<input type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro) Local da apuração:
	<input checked="" type="checkbox"/>	Reportagem livrorreportagem (x)
ÁREAS	Questão indígena; questões de gênero; direitos humanos	
RESUMO	<p>Este trabalho de conclusão de curso é um livrorreportagem que tem como objetivo apresentar diferentes perfis de mulheres indígenas brasileiras inseridas no contexto sócio-político e econômico atual, ilustrando suas dificuldades, suas demandas, os espaços que têm ocupado e as lutas (antigas e novas) que têm travado. A mulher indígena é diretamente atingida pelos conflitos fundiários, pelo preconceito étnico e pela violência de gênero. A expulsão e perda de suas terras originárias e o crescente contato com a sociedade não-indígena têm ligação direta com a necessidade de reconfigurar seu papel na comunidade e dentro da própria família. Diante dessa realidade, a proposta é apresentar a temática através de histórias de mulheres indígenas que habitam comunidades em Guaíra, Amambai e Aral Moreira, cidades localizadas na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, utilizando as seguintes estratégias de construção do texto: (1) Retratar o contexto histórico e socioeconômico dos acampamentos e reservas visitadas, localizando as personagens e suas histórias de acordo com ele; (2) Apresentar cada história relacionando-a com seu aspecto mais marcante, o tema de cada capítulo, como a violência intrafamiliar e interétnica, o envolvimento em lutas e conflitos pela demarcação de terra, a saída da aldeia para a universidade, a vivência e prática de cultura e esporte, e a saúde indígena. As fontes condutoras da narrativa são as próprias indígenas.</p>	

SUMÁRIO

1. RESUMO	9
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	10
3. JUSTIFICATIVA DO TEMA	10
4. JUSTIFICATIVA DA MÍDIA	16
5. PROCESSO DE APURAÇÃO	17
5.1. PRÉ-APURAÇÃO	17
5.2. APURAÇÃO	19
5.3. FONTES	24
5.4. REDAÇÃO	26
5.5. FORMATO E DIAGRAMAÇÃO	28
5.6. EDIÇÃO E REVISÃO	29
5.7. FOTOGRAFIA.....	30
5.8. ANEXO	30
6. CUSTOS	30
7. DIFICULDADES E APRENDIZADOS	31
8. REFERÊNCIAS	34

1. RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é um livrorreportagem que tem como objetivo apresentar diferentes perfis de mulheres indígenas brasileiras inseridas no contexto sócio-político e econômico atual, ilustrando suas dificuldades, suas demandas, os espaços que têm ocupado e as lutas (antigas e novas) que têm travado. A mulher indígena é diretamente atingida pelos conflitos fundiários, pelo preconceito étnico e pela violência de gênero. A expulsão e perda de suas terras originárias e o crescente contato com a sociedade não-indígena têm ligação direta com a necessidade de reconfigurar seu papel na comunidade e dentro da própria família. Diante dessa realidade, a proposta é apresentar a temática através de histórias de mulheres indígenas que habitam comunidades em Guaíra, Amambai e Aral Moreira, cidades localizadas na região de fronteira do Brasil com o Paraguai, nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, utilizando as seguintes estratégias de construção do texto: (1) Retratar o contexto histórico e socioeconômico dos acampamentos e reservas visitadas, localizando as personagens e suas histórias de acordo com ele; (2) Apresentar cada história relacionando-a com seu aspecto mais marcante, o tema de cada capítulo, como a violência intrafamiliar e interétnica, o envolvimento em lutas e conflitos pela demarcação de terra, a saída da aldeia para a universidade, a vivência e prática de cultura e esporte, e a saúde indígena. As fontes condutoras da narrativa são as próprias indígenas.

Palavras-chave: Jornalismo; mulher indígena e gênero; direitos humanos; fronteira Brasil-Paraguai.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

O Censo Demográfico 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi o primeiro de nossa história a introduzir um conjunto de perguntas específicas para as pessoas autodeclaradas indígenas, como o povo ou etnia a que pertencem, as línguas faladas e a localização de domicílio (dentro ou fora de Terras Indígenas já reconhecidas pelo Governo Federal). Pela primeira vez, pudemos ter uma visão mais completa e delineada da diversidade de etnias ainda presentes em nosso país, 510 anos depois do início da invasão europeia. O total de autodeclarados foi de 896.917 pessoas. Destas, 444.747 são mulheres (ou 49,5%).

Além de possuírem taxas mais baixas de alfabetização, se comparadas aos homens indígenas e, conseqüentemente, à população não-indígena, as mulheres são diretamente atingidas pelos conflitos fundiários, pelo preconceito étnico e pela violência de gênero. As transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas em diversos contextos vêm influenciando o surgimento de um novo perfil de mulher indígena. Fatores como a ausência de recursos disponíveis, restritos espaços de terra e a falta de alternativas econômicas e estrutura básica para atividades cotidianas impactam diretamente suas vidas. Mirian Marcos Tsibodowapré, ex-presidente do Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI), afirma que “o grande desafio para as mulheres indígenas hoje é o fortalecimento da identidade cultural como base para o crescimento econômico.” (NATYSEÑO, 2006, p. 6).

A deterioração da autonomia étnica e cultural e a interferência na economia dos povos indígenas pela falta de demarcação de terras transformam suas bases sociais, antes bem definidas e com papéis bem estabelecidos para o bem da coletividade. A inserção da indígena na luta por seus direitos e por espaço político advém exatamente dessa desestruturação social, que a colocou em posição de necessidade de reconfigurar seu papel na comunidade. A mulher indígena, hoje, não só está na luta pelos direitos de seus povos, reivindicando terras, o direito à saúde, à educação e à autonomia, mas está também no âmbito da luta por demandas específicas da mulher dentro de sua comunidade.

A sociedade, em geral, raramente reconhece a luta dessas mulheres, mas o reconhecimento é vital para que se possa conhecer a liderança feminina no universo indígena. Antigas lendas descrevem as mulheres indígenas como guerreiras que sabiam lutar valentemente. A mulher indígena é valente e precisa ser reverenciada como

guerreira capaz de enfrentar qualquer batalha. (NATYSEÑO, 2006, p. 6).

O debate sobre seus direitos e demandas específicas ainda é muito novo. Basta uma rápida pesquisa na internet para perceber que quase inexistem artigos jornalísticos que tratem especificamente sobre esse tema – ou seja, a mulher indígena vem sendo sistematicamente ignorada pelo jornalismo.

Tendo isso definido, houve a escolha da localização geográfica da pauta: a fronteira do Brasil com o Paraguai, que abrange os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. O termo “fronteira”, de acordo com Tassinari (2001), evoca noções que surgem do senso comum: a de “fronteiras da civilização”, as “terras de ninguém” habitadas por “selvagens”, prontas para serem “desbravadas” e colonizadas.

Existem diversas definições para o termo “fronteira”. Antonio Aguilera Urquiza afirma que “fronteiras são construções históricas e culturais, ou seja, são impostas.” (URQUIZA, 2012). José de Souza Martins escreve que “a fronteira é, na verdade, ponto limite de territórios que se redefinem continuamente, disputados de diferentes modos por diferentes grupos humanos.” (MARTINS, 2012, p. 10). E continua, dizendo que, dentre as muitas disputas que a caracterizam, a que domina é a disputa pela definição da linha que separa a cultura e a natureza, o homem do animal, quem é humano e quem não o é. “A fronteira é um dos raros lugares na sociedade contemporânea em que essa disputa ainda tem a visibilidade que em outros perdura apenas na discussão teórica e filosófica.” (MARTINS, 2012, p. 10). Conclui afirmando que a fronteira não se reduz ou se resume à fronteira geográfica:

Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem. E, sobretudo, *fronteira do humano*. (MARTINS, 2012, p. 11, grifo do autor).

Nas Américas (RICARDO; SANTILLI, 2008), os estados coloniais e depois nacionais se sobrepuseram à ocupação territorial de milhares de povos indígenas. De modo geral, a ocupação colonial do continente se deu das regiões costeiras para o interior, e no Brasil não foi diferente. Nesse processo de ocupação do interior, grupos indígenas foram historicamente escravizados, cooptados, massacrados ou infectados.

A faixa de 150 quilômetros ao longo da linha de fronteira terrestre do Brasil com dez países da América do Sul é constitucionalmente definida como de especial interesse

para a defesa nacional. Existem 85 terras indígenas situadas nessa faixa. De acordo com Beto Ricardo e Márcio Santilli (2008), a demarcação dessas terras é fundamental para a regularização da situação fundiária, fator relevante para garantir estabilidade e evitar invasões e disputas pela terra em regiões de fronteira.

O Mato Grosso do Sul (URQUIZA, 2012), especificamente, apresenta grande diversidade demográfica e cultural por possuir a segunda maior população indígena do país (61.737 pessoas, de acordo com o IBGE). Além disso, o estado está localizado no coração da América do Sul, recebendo, portanto, forte influência cultural de outras regiões brasileiras e dos dois países com que faz fronteira (Paraguai e Bolívia, nações essencialmente indígenas). Os guarani (kaiowá e ñandeva)¹ e os terena são as etnias com o maior contingente populacional indígena do estado.

O povo guarani vive na região de fronteira entre Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia desde muito antes da chegada dos europeus ao continente americano, no século XVI. Naquela época, as reduções jesuíticas fundadas por espanhóis já se estabeleceram na área que abrange o atual território do MS e o oeste do PR, SC e RS (área de ocupação guarani).

Entretanto, a situação dos guarani começa a sofrer profundas alterações após a Guerra do Paraguai. Depois deste período, inicia-se a ocupação sistemática de seu território por diversas frentes de exploração econômica. Pode-se afirmar que, a partir desse momento, a história dos guarani e kaiowá é fortemente marcada pelos rumos dessa exploração econômica: primeiro, com a erva mate; em seguida, com a implantação de projetos agropecuários e de colonização, a produção de soja e sua mecanização; e, por fim, com a cana-de-açúcar, a partir da década de 1980.

A permanência junto a campos de extensas monoculturas afeta enormemente o modo de vida dos guarani. A mata, a água e outros elementos da natureza são espaços de interação dos indígenas com seres espirituais. Os guarani não são nômades, nem vivem da caça, da coleta e da pesca – são bons agricultores e precisam de espaço para exercer a atividade. Além de ver suas terras de ocupação tradicional sendo transformadas em grandes campos de plantação, os guarani têm sido incorporados sistematicamente como reserva de mão-de-obra fundamental nas diversas etapas dessa exploração econômica.

¹ “Os estudos antropológicos distinguem, no Brasil, três grupos guarani: Kaiowá, Ñandeva e Mbya. Em Mato Grosso do Sul, grande parte dos Guarani é do grupo Kaiowá e o que denominamos Guarani é, na verdade, o grupo Ñandeva, o menor em termos numéricos no estado.” (URQUIZA, 2012).

Na década de 1880, depois do fim da Guerra do Paraguai, a Companhia Matte Larangeira instala-se em todo o território ocupado pelos guarani e kaiowá, no sul do atual MS (naquela época, ainda MT), com o objetivo de exploração da erva mate nativa, abundante na região. Neste período, o Brasil ia avançando suas fronteiras em direção ao oeste, algumas vezes com a ajuda de grupos indígenas, mas quase sempre à revelia destes, utilizando de muita violência física (extermínios e expropriação de seu território) e simbólica (discriminação e preconceito). A Companhia, embora não questionasse a posse da terra ocupada pelos indígenas, foi responsável pelo deslocamento de inúmeras famílias e núcleos populacionais para colheita da erva mate e pela consequente disseminação de várias doenças com grave impacto sobre a saúde dos indígenas.

Com a crise da economia da erva mate, tem início uma nova política de desenvolvimento batizada de Marcha para o Oeste, criada pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1943. Essa medida originou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), em pleno território indígena. A CAND tinha o objetivo de possibilitar o acesso à terra a milhares de famílias de colonos, migrantes de outras regiões do país. Com a Marcha para o Oeste, Vargas buscava incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos primários necessários à industrialização a preços baixos, além de satisfazer seu interesse em “povoar” a fronteira. A instalação dos colonos em terras ocupadas pelos guarani e kaiowá provocou problemas graves, pois questionou a presença indígena e impôs sua transferência para outros espaços. “A implantação da Colônia em áreas de aldeias kaiowá marcou o início de uma longa e difícil luta dos índios pela manutenção e recuperação de suas terras.” (BRAND, 1997, p. 78).

A partir da década de 1950, acentua-se a instalação de empreendimentos agropecuários nos demais espaços ocupados pelos guarani e kaiowá, ampliando o processo de desmatamento do território. Um número significativo de comunidades indígenas é forçado a abandonar suas aldeias e a deslocar-se para oito reservas, pequenas extensões de terra, criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) para liberar o amplo território ocupado pelos indígenas, o que deu início ao confinamento das aldeias. As reservas significaram o controle do Estado sobre a população indígena, agora submetida a uma série de medidas que objetivavam sua assimilação à sociedade nacional – uma estratégia governamental para interferir de modo pleno em seu modo de vida e submeter esses povos aos projetos de exploração de recursos naturais.

A introdução da soja, a produção comercial em monocultura e a criação do Pró-álcool, que trouxe as primeiras usinas de produção de açúcar e álcool para o MS, comprometeram o que sobrou da biodiversidade da região. Passaram a ser frequentes as denúncias de trabalho escravo e exploração de trabalhadores indígenas engajados nessas atividades.

Atualmente, mesmo com a recuperação da posse de algumas terras indígenas, já devidamente demarcadas e registradas, cerca de 80% da população guarani e kaiowá seguem vivendo nas oito reservas criadas pelo SPI, onde há forte concentração de serviços de saúde, educação e assistência oferecidos pelo Estado. Os casos mais graves são as reservas de Dourados, Caarapó e Amambai (esta última presente neste trabalho), que somam 9.498 hectares de terra e abrigam mais da metade do total de 45 mil indígenas guarani e kaiowá residentes no MS. Este dado permite compreender a extensão do confinamento imposto a esse povo indígena e considerar suas consequências.

O processo de perda territorial e o consequente confinamento impuseram profundas limitações à sua economia e cultura. A impossibilidade de itinerância e o rápido esgotamento dos recursos naturais reduziram muito a qualidade de vida nos tekohas (terras tradicionais). A manutenção de milhares de famílias indígenas se tornou cada vez mais dependente do trabalho assalariado nas usinas.

O confinamento trouxe o desafio de adequar a organização social dos guarani e kaiowá a uma nova situação: a de superpopulação. O processo de expulsão das terras originárias está na raiz dos principais problemas sociais vividos pelo grupo indígena atualmente.

Antonio Aguilera Urquiza (2012) afirma que as histórias destes povos indígenas, guarani e kaiowá, apresentam características idênticas: vivem confinadas em áreas de pequenas extensões de terras, insuficientes para sua sobrevivência, reprodução física e manutenção de seu modelo cultural. A situação de confinamento acaba gerando complexos problemas: migração para as periferias das cidades, explosiva densidade demográfica, acirramento das disputas territoriais, aumento das práticas de violência, assalariamento compulsório dos homens com consequente ausência no lar, aumento da dependência de investimentos oriundos do governo, entre outros.

As populações indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul são marcadas por um processo histórico de contato interétnico agressivo e violento, no bojo do qual foram constantemente desafiadas a moldar e

remoldar sua organização social, construir e reconstruir sua forma de vida [...]. (NASCIMENTO, 2006, p. 2).

Todos esses problemas afetam diretamente as mulheres, principalmente no que tange à violência e à dependência dos serviços prestados pelo Estado. Por isso, este trabalho pretende apresentar alguns exemplos desse novo perfil de mulher indígena brasileira, ilustrando suas dificuldades, demandas, os espaços que têm ocupado e as lutas que têm travado, com a intenção de dar voz, através de suas histórias, a este grupo tão marginalizado e esquecido pelo resto da sociedade.

3. JUSTIFICATIVA DO TEMA

A escolha do tema se deu, em primeiro lugar, por uma grande vontade de trabalhar com grupos à margem e ignorados (ou retratados de forma estereotipada e sob um único aspecto) pela mídia, o jornalismo e a sociedade de um modo geral. Em um momento de retrocesso de direitos fundamentais garantidos aos indígenas na Constituição Federal de 1988 e de perda acelerada de autonomia cultural e identitária desses povos, considero de extrema necessidade e importância qualquer esforço que possibilite dar voz a esses grupos invisibilizados e historicamente oprimidos.

A questão indígena em si passou a atrair minha atenção há pouco tempo, devido ao contato com disciplinas relacionadas à história da América, antropologia cultural e até mesmo estudos afro-brasileiros. O recorte de gênero veio tanto como desejo pessoal quanto como decisão política. Ao perceber a lacuna existente na produção jornalística relacionada à temática das mulheres indígenas (e sabendo como as mulheres de forma geral são minoria no rol de fontes do jornalismo, seja qual for a mídia, o tema ou o assunto tratado), soube que poderia realizar um trabalho bastante relevante tanto para o campo da comunicação quanto para o interesse público.

A escolha do local da pauta traz motivação pessoal e circunstancial. O Paraná é meu estado de origem (mais precisamente a região da tríplice fronteira, no oeste) e, portanto, um espaço já bem conhecido, onde ainda vivem meus pais e grande parte de minha família. Apesar de ter população indígena em quantidade inferior ao MS, o Paraná apresenta alguns pontos em comum com o estado vizinho: também tem forte presença indígena, além de uma economia predominantemente agrícola, principalmente a região oeste. Isso significa que os conflitos e desafios enfrentados pelos guarani e kaiowá no MS são basicamente os mesmos dos guarani no Paraná.

Levando isso em conta, este trabalho busca responder às seguintes questões: Quais são as lutas e demandas da mulher indígena brasileira no contexto sócio-político e econômico atual? Quais espaços e papéis ela se vê ocupando, dentro e fora das comunidades?

4. JUSTIFICATIVA DA MÍDIA

O trabalho se trata de um livrorreportagem com cinco reportagens sobre mulheres indígenas na fronteira Brasil-Paraguai. Observando a bibliografia sobre narrativas jornalísticas, encontramos em Lima (1993) que o livrorreportagem, como produto da comunicação de massa, só consegue atrair à medida que propõe ao leitor uma viagem aos valores e às realidades de outros seres, de forma que encontre traços que são universais à humanidade como espécie. A reportagem ambientaliza, descreve cenários, cheiros e emoções, além de aplicar recursos da literatura para prender o leitor.

Conforme verbete disponível em seu site oficial, Lima descreve o jornalismo literário, também chamado de literatura da realidade, como “prática da reportagem de profundidade [...] utilizando recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) literatura.”² Define como seus traços básicos: a imersão do repórter na realidade, a voz autoral, o estilo, a precisão de dados e informações, o uso de símbolos (inclusive metáforas), a digressão e a humanização.

O ponto em comum entre a escolha de realizar um livrorreportagem e a tentativa de adequar a apuração e a redação às características do que se considera jornalismo literário foi a possibilidade de uso de linguagem mais flexível e de expor marcas e impressões autorais. O livrorreportagem, ainda de acordo com Lima, “caracteriza-se pela autoria e liberdade de pauta, captação, texto e edição.”

Levando em conta fatores como o tema e a forma como eu planejei tratá-lo, valorizando os relatos pessoais e as histórias de vida de pessoas comuns, a fim de visibilizar e conscientizar sobre suas lutas, acredito que o formato de livrorreportagem tenha me ajudado a cumprir esse objetivo.

Por ser também o último trabalho que realizo como graduanda de Jornalismo, escolhi o livrorreportagem como desafio e como oportunidade. Desafio por ser algo que nunca fiz, oportunidade por ser algo que sempre quis fazer. O impresso é minha área de

² Documento eletrônico não paginado.

preferência e maior afinidade desde o início da graduação e o passar do tempo e das disciplinas só me fizeram ter certeza disso.

A possibilidade de experimentar novas estruturas de texto, sem muitas amarras, e de aperfeiçoar e trabalhar algo que pode ser meu estilo de escrita, além de colocar em prática conceitos e ideias com que tive contato ao longo do curso, foram os principais motivos da escolha. Fui brilhante e generosamente orientada por um professor que sempre me inspirou e que possui uma concepção de Jornalismo bastante ampla, o que tornou o processo em si muito prazeroso, livre e cheio de aprendizados, ainda que marcado por uma certa insegurança de minha parte às vezes.

É preciso admitir, entretanto, que, durante o processo de apuração, em vários momentos de entrevista, me dei conta de que a pauta poderia também ser muito bem executada em outro formato – o de videodocumentário. É evidente que cada tipo de mídia apresenta vantagens e desvantagens e, apesar de ter chegado a essa conclusão, mantive e manteria novamente o formato de livrorreportagem por uma questão de afinidade pessoal, habilidades técnicas e experiência com a mídia.

5. PROCESSO DE PRODUÇÃO

5.1 PRÉ-APURAÇÃO

O período de pré-apuração deste trabalho começou no primeiro semestre de 2016, durante a disciplina Técnicas de Projetos em Comunicação, quando me decidi pelo tema das mulheres indígenas. Por sugestão de meu orientador, entrei em contato com a antropóloga Barbara Arisi, também formada em Jornalismo (e ex-professora do curso na UFSC), apresentando minha proposta de trabalho (ainda bastante “verde”, sem delimitação de pauta e/ou foco) e pedindo sugestões de leituras e de contatos em aldeias da região (Barbara atualmente é professora na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a UNILA, em Foz do Iguaçu, no oeste do Paraná). É importante salientar que Barbara nunca foi fonte para este trabalho – foi mais “ponte”, sugerindo contatos e me conectando a eles.

Das conversas por e-mail com a antropóloga, surgiram algumas ideias e possíveis fontes. Enviei mensagens a todos as pessoas indicadas por ela, enquanto buscava artigos e material teórico na internet e na biblioteca. A maioria das pessoas com quem entrei em contato me respondeu e, com isso, fui montando uma rede.

Tive bastante dificuldade em encontrar produções acadêmicas que abordassem o assunto da forma como eu necessitava. Por isso, no momento de construir o projeto que deve ser entregue na disciplina já mencionada, fiquei confusa e um tanto desmotivada por não saber que caminho seguir para delimitar a pauta. Por algum tempo, considerei a possibilidade de partir para outro tema, que me apareceu por acaso, mas que teve a realização comprometida por falta de resposta e autorização das fontes que estariam envolvidas. Então, descartei a hipótese e me foquei, novamente, no tema original.

Em maio daquele semestre, precisei voltar à casa de meus pais, em São Miguel do Iguaçu (SMI), oeste do PR, e lá permaneci por uma semana. Inicialmente, a reserva indígena Ocoy, em SMI, faria parte da pauta, pela facilidade de acesso, já que é a cidade onde morei por toda a vida, e pelo número expressivo de população indígena que contém, sobre o qual eu nem mesmo tinha conhecimento antes de realizar as pesquisas para a pré-apuração. Por isso, aproveitei a ocasião para fazer contato com Delmira Peres, a vice-diretora da escola indígena de Ocoy, que me havia sido indicada por Barbara. Visitei a aldeia e conversamos por cerca de duas horas, quando pude explicar sobre minha proposta de trabalho (ainda bastante abrangente, sem pauta) e conhecê-la, com o objetivo de identificar se sua história seria interessante para o que eu tinha em mente (ou para colher indicações de possíveis personagens dentro de Ocoy). A visita não me ajudou muito na época, mas serviu para que ganhasse um pouco da confiança de Delmira, já que o plano era incluir a comunidade como uma das localidades da pauta (e, por isso, eu precisaria voltar à reserva).

Durante a pré-apuração, a maior dificuldade foi fechar o foco da pauta, por ser um tema bastante amplo e cheio de possibilidades – e também porque eu não tinha muita ideia do que poderia ou não esperar das visitas, viagens e das próprias entrevistadas. Com as leituras que fui encontrando, na maior parte das vezes apenas textos de opinião ou notícias na internet (e não trabalhos acadêmicos), fui esboçando uma lista de temas que poderia abordar, de acordo com as histórias e personagens que encontrasse: violência intrafamiliar e interétnica; prostituição e venda de menores; envolvimento em lutas e conflitos; falta de oportunidades e programas de incentivo para a educação, os esportes e a arte; acesso à saúde básica e manutenção de tradições curandeiras e medicina natural; relação com a religião; relação com a maternidade; entre outros. Essas foram as diretrizes que levei para a apuração e, de certa forma, pude alcançá-las quase todas com as histórias das mulheres que encontrei.

Além de Delmira, outras duas fontes que Barbara me recomendou foram de crucial importância para a realização do trabalho: Paulina Martines, vice-cacique de um acampamento indígena em Guaíra (PR), e Lauriene Seraguza, antropóloga e professora universitária atuante no Mato Grosso do Sul.

Não fiz tantas leituras quanto deveria durante o processo de pré-apuração. Foquei, então, nas trocas de e-mails pedindo indicações de fontes e contatos que me ajudassem a entrar nas aldeias e em ligações para escritórios da Funai, principalmente no MS, onde não conhecia ninguém. Depois de definido o espaço da pauta (fronteira BR-PY, nos estados do PR e MS), fiz uma lista de possíveis destinos de apuração baseada no mapa demográfico indígena do Brasil, disponibilizado no site do IBGE a partir dos resultados do Censo 2010. Localizei os municípios no oeste do PR e cone sul do MS que mais tivessem população indígena e estivessem dentro da faixa de fronteira: SMI e Guaíra, no PR; Tacuru, Paranhos, Japorã, Eldorado, Sete Quedas, Coronel Sapucaia, Antonio João e Amambai, no MS. Os destinos no PR, por serem apenas dois, estavam confirmados (nos dois eu já tinha contatos, inclusive, como mencionado acima). Porém, a decisão foi mais difícil no MS, porque eu não conhecia ninguém em nenhuma dessas cidades. Por isso, a ideia inicial era a de que qualquer uma me serviria – e eu iria ao(s) lugar(es) onde conseguisse estabelecer contatos.

Defini um período de apuração, que começaria durante as férias acadêmicas do meio do ano (momento em que voltaria ao Paraná para visitar a família) e iria até quando fosse necessário. Os destinos no MS foram decididos apenas durante a viagem de apuração, enquanto já realizava entrevistas em Guaíra.

5.2 APURAÇÃO

O processo de apuração começou, oficialmente, no dia 5 de agosto de 2016. Levei comigo a lista de possíveis temas que tinha pré-estabelecido, todos os contatos que tinha feito e a única certeza que tinha em relação à viagem: a primeira parada seria Guaíra, na fronteira do PR com o MS, onde entrevistaria Paulina, vice-cacique da aldeia Y Hovy. Peguei o ônibus em SMI de manhã cedo, onde passava as férias na casa de meus pais, sem saber onde dormiria naquela noite, ou como chegaria à aldeia, ou ainda se Paulina sabia que eu chegaria (nossa comunicação virtual era muito complicada e ela nunca atendia ao telefone).

A ideia inicial era não ter roteiros fixos e pré-preparados de entrevista, mas sim deixar que as conversas fluíssem naturalmente de acordo com o perfil das entrevistadas, apenas interferindo quando sentisse que era necessário. Logo percebi que isso não funcionaria muito bem (provavelmente pelo meu estilo próprio de apuração). Inclusive, durante a redação do texto, pude constatar que os capítulos baseados em entrevistas nas quais eu não tinha um roteiro de entrevista preparado foram muito mais difíceis de escrever e organizar. Em todas as entrevistas, procurei incentivar as fontes a falarem o máximo possível sobre si e suas histórias.

Ao todo, entrevistei 18 pessoas – 14 mulheres indígenas, um cacique, um homem indígena (professor de Educação Física), uma antropóloga e um funcionário da Funai. Com exceção de duas, Paulina e Francisca, todas as outras mulheres foram descobertas durante a viagem de apuração (Francisca foi a entrevistada em Ocoy, que acabou não entrando no livro). A maioria das entrevistas durou, em média, entre uma e duas horas e em todas elas usei gravador e bloco de anotações, onde apontava as impressões, descrições de cenário e a forma como a entrevista se desenrolava. Três mulheres foram entrevistadas duas vezes (Helena, Paulina e Lucia). A maioria das entrevistas aconteceu na própria casa das entrevistadas (onde, muitas vezes, eu chegava sem aviso prévio).

As informações que eu gostaria de obter, assim como o fator específico de estar lidando com pessoas de uma etnia diferente, com formas e lógicas de pensamento distintas e que, geralmente, nutrem grande desconfiança de pessoas brancas, exigia estabelecer um mínimo de confiança e segurança com as fontes. Essa foi uma de minhas maiores preocupações, dado o tempo reduzido de interação que tinha com elas. Apesar disso, a maioria das entrevistas transcorreu sem grandes problemas, e acredito que posso dizer que consegui deixá-las bastante à vontade (mesmo que algumas tivessem dificuldade de falar sobre si mesmas, como se não fossem importantes ou sua história digna o suficiente de ser contada).

A maioria das entrevistas no MS não foi pré-agendada – eu conseguia a indicação das fontes através de Jorge Pereira, meu contato na Funai em Amambai, e ia diretamente até a aldeia, me apresentava e pedia para conversar. Jorge ou alguém já conhecido na aldeia geralmente me acompanhava, para fazer as apresentações. Com algumas, pude conversar anteriormente e deixá-las cientes da entrevista.

A primeira entrevista que realizei foi com o cacique Ilson, do acampamento em Guaíra, quando Paulina desmarcou nossa conversa em cima da hora e eu já estava na

aldeia. Para aproveitar a visita, passei a tarde conversando com ele, que, no início, se mostrou bastante desconfiado. A entrevista foi boa para que eu entendesse o contexto da aldeia e da luta deles pela demarcação, assim como a violência e a pressão que sofrem por parte de fazendeiros em uma região tão agrícola como é o Oeste do Paraná. Também serviu para que Ilson baixasse a guarda e adquirisse um pouco mais de confiança em mim. Ao final, ele explicou que sua preocupação era baseada no fato de que muitos acadêmicos procuram a aldeia para realizar seus trabalhos e nunca deixam nada em troca (inquietação que estive comigo desde o começo do processo de apuração da mesma forma). Só pude dizer que, sinceramente, gostaria muito de poder contribuir, mas que, às vezes, não sabia como poderia ajudar efetivamente.

No dia seguinte, finalmente consegui entrevistar Paulina pela primeira vez, depois de três dias na cidade. Os momentos iniciais da conversa (assim como a segunda entrevista, realizada no dia seguinte) foram, talvez, uma das coisas mais difíceis que tive que enfrentar não só durante toda a viagem, mas em toda minha graduação. Paulina se comportou de forma muito resistente e teve muita dificuldade para falar sobre si mesma. Por vezes, foi um tanto rude. Com o desenrolar da conversa, consegui fazê-la se soltar, até ela perceber que tinha realmente muito para dizer. Terminou a primeira entrevista animada, querendo falar mais (eu, infelizmente, tinha que pegar o último ônibus para voltar à cidade, porque estava hospedada em um pequeno hotel).

No dia seguinte, o progresso que tínhamos feito desapareceu e Paulina se mostrou bastante desconfortável, defensiva e irritadiça, como se não quisesse que eu estivesse lá. Segui com as perguntas da melhor forma que pude, mas já sem muito sucesso. Em Y Hovy, ainda entrevistei Denilza, a mulher que denunciou o ex-marido por agressão. Nossa conversa durou cerca de 15 minutos, mas foi bastante significativa (pelo episódio relatado no livro de que todos os que estavam presentes se juntaram para ouvi-la falar sobre a agressão que sofreu).

Em Guaíra, passei a primeira noite na aldeia (foi a única em toda a viagem. Nos outros dias, fiquei hospedada em pequenos hotéis de rodoviária). Era uma sexta-feira, e sexta é dia de reza na comunidade. Tive a oportunidade de acompanhar e participar da reza e dos rituais, que duraram cerca de quatro horas.

Durante minha permanência em Guaíra, ia tentando articular qual seria meu próximo destino. A princípio, um amigo, Rafael Venuto, viajaria comigo para fotografar. A ideia de convidá-lo surgiu de um pedido de meu orientador, que preferia que eu não viajasse sozinha, por questões de segurança. Decidi convidar Rafa unindo o

útil ao agradável – sendo um excelente fotógrafo, ele me aliviaria da preocupação com mais essa função (e abrilhantaria meu trabalho) e, de quebra, me faria companhia para que eu não estivesse só. Ele aceitou o convite. Havíamos combinado que nos encontraríamos na segunda parte da viagem, no MS, mas, por razões financeiras, ele descobriu que não poderia me acompanhar, no fim das contas. Quando isso aconteceu, eu já estava em Guaíra. A única alternativa foi seguir viagem sozinha.

Enquanto tentava definir a próxima parada, agora sabendo que estaria sozinha, lembrei-me de Lauriene Seraguza, a antropóloga do MS que Barbara havia me indicado e que havia tão solícitamente respondido às minhas mensagens quando a contatei. Fiz contato mais uma vez e descobri que ela era professora em Amambai, que ficava na cidade de quarta a sexta-feira (porque mora em Dourados) e poderia me ajudar caso eu decidisse ir para lá. Como disse anteriormente, era esse o critério que usaria para definir meu próximo destino. Lauriene sabia que eu estava sozinha, bastante perdida e não conhecia ninguém. Foi incrivelmente atenciosa e me transmitiu muita calma e segurança, além de ter se comprometido a me ajudar com tudo. Então, fui. No dia 10 de agosto, depois de cinco dias, parti de Guaíra com destino a Amambai – mas não com a melhor das sensações, por todas as experiências pelas quais havia passado até ali. Eu sabia que já tinha uma boa personagem em mãos, mas, como relatado anteriormente, Guaíra foi difícil e me testou em vários níveis.

No dia seguinte, conheci Jorge Pereira, chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da Funai em Amambai, um mineiro um pouco mais velho que eu, muito simpático e que me deixou confortável desde o início (Jorge foi indicação de Lauriene, que é sua orientadora). Ele me levou à aldeia Amambai pela primeira vez, lar de muitas das minhas entrevistadas, e, à noite, conheci Lauriene pessoalmente, uma pessoa de um astral muitíssimo bom.

A próxima mulher entrevistada foi Lucia. Indicada por Jorge, eu a entrevistei na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nessa mesma noite, depois que Lauriene me apresentou a ela, junto com uma colega também indígena. Dias depois, voltei a entrevistá-la na aldeia Amambai.

No dia seguinte, entrevistei dona Helena. Foi particularmente desafiador porque ela é extremamente difícil de acompanhar e, para piorar, eu não tinha um roteiro prévio de perguntas. Saí de sua casa, na aldeia Limão Verde, com muito medo de haver perdido uma boa personagem por não ter sabido entrevistá-la. Por isso, retornei alguns dias depois, por alguns minutos, na tentativa de conseguir algumas informações que

julgava necessárias. Pensei que, sabendo o que perguntar, poderia guiá-la melhor. Engano meu. Dona Helena é incontrolável (no melhor sentido da palavra), fala o que quer e na velocidade a que está acostumada, mas foi de uma simpatia e acolhida enormes. Na segunda vez que fui até sua casa, me recebeu como se eu fosse uma velha amiga.

A próxima entrevistada foi Crescência, que me recebeu em sua casa em um domingo de manhã. Quem me acompanhou dessa vez foi Sará, amigo próximo de Jorge e Lauriene que conheci no primeiro dia. Dispôs-se a me ajudar no que eu precisasse e, como Jorge não poderia me socorrer naquele domingo, recorri à sua oferta. Sará me levou até as aldeias (que ficam fora da cidade) e me acompanhou nas entrevistas nesse e na maioria dos próximos dias que passei em Amambai.

Na segunda-feira, 15 de agosto, fui em busca da bisavó de Crescência, de 108 anos, mas só o que consegui fazer foi acordá-la (às 9h da manhã), tirar algumas fotos e trocar algumas palavras através de uma indígena que nos acompanhava e que traduzia (a senhora só fala guarani). Nesse mesmo dia, entrevistei Franci, Aparecida, Elismara e Lucia, pela segunda vez. Cidinha e Elismara foram entrevistadas juntas. Também conversei um pouco com Ismael, o professor de Educação Física responsável pelo grupo de dança da aldeia Amambai.

Alguns dias depois, finalmente conversei com mais calma com Lauriene. Uma de minhas últimas entrevistas em Amambai, foi decisiva para o rumo que o trabalho tomou. Lauriene me abriu os olhos para muitas coisas que eu não enxergava (porque não podia mesmo enxergar, já que não tenho bagagem de estudo na antropologia) e me deu vários “tapas na cara” (no melhor sentido possível), derrubando algumas certezas e pré-concepções que eu levava (e que sempre levamos) sem perceber. O resultado dessa entrevista foi me dar conta de que o processo de redação seria imensamente mais difícil do que eu pensei que seria inicialmente, e, pela primeira vez, senti medo de não ter o “bom senso” necessário (leia-se: não conseguir me despir suficientemente de minha visão de mundo enraizada) para fazê-lo da forma certa. Nesse mesmo dia, entrevistei Jhonn Nara, e foi a última vez que visitei a aldeia Amambai.

No dia seguinte, 19 de agosto, voltei a SMI, depois de 15 dias de viagem. Antes disso, entrevistei (formalmente) Jorge (responsável pela indicação de praticamente todas as entrevistas que realizei em Amambai), que me forneceu informações e explicações preciosas.

Houve, ainda, entrevistas com outras mulheres indígenas que não foram utilizadas no livro: Sandra Arévalo Savala, Sandrieli Lopes, Sônia Pavão, Turah Benites Ribeiro e Francisca Rivarola (esta última em SMI, as outras em Amambai). Suas histórias não foram utilizadas porque não se adequavam à proposta ou não se encaixavam em nenhum capítulo (e o tempo foi demasiado reduzido para produzir mais). Por essa razão, SMI, município a princípio confirmado para estar na pauta, acabou ficando de fora (Francisca era a única entrevistada de lá).

Jorge e Lauriene aparecem brevemente como fontes no livro (em dois capítulos), mas foram fundamentais para que eu compreendesse questões relacionadas ao contexto das aldeias, aos problemas enfrentados pelos indígenas e temas especificamente relacionados a gênero entre os povos indígenas. O cacique Ilson e o professor de Educação Física também aparecem como fontes.

Um último aspecto precisa ser explicado: o município de Aral Moreira, uma das localidades da pauta, onde está o acampamento Guaiviry, de Jhonn Nara, não foi visitado. Jhonn Nara foi entrevistada na aldeia Amambai, onde estava na casa de sua mãe.

5.3 FONTES

- **Paulina Martines:** guarani de 26 anos, vice-cacique da aldeia Y Hovy, assentamento indígena em Guaíra (PR). Nasceu no Paraguai, mas foi registrada em Foz do Iguaçu (PR). É a principal responsável pela mudança de comportamento de mulheres e homens no que se refere ao machismo e à aceitação da violência de gênero (física e simbólica) dentro da comunidade. Luta pela conquista da terra e, por isso, já foi ameaçada de morte.

- **Denilza Vera:** guarani de 19 anos que denunciou o ex-marido por violência doméstica. Tem um filho de dois anos. Atualmente, vive com o atual companheiro na aldeia Y Hovy, em Guaíra (PR).

- **Lucia Pereira:** guarani kaiowá de 23 anos, vive na aldeia Amambai, em Amambai (MS), e cursa Ciências Sociais na UEMS. Casou-se aos 15 anos por dificuldades financeiras da família, e se recusou a parar de estudar para ser dona de casa por ordem da família.

- **Helena Verareryi:** kaiowá de 58 anos. Natural da terra indígena Mbarakay, no município de Iguatemi (MS), Helena vive de favor na aldeia Limão Verde, em Amambai (MS), e luta para retornar ao seu tekoha, área que está em processo de demarcação pela Funai desde 2013.

- **Crescência Martins:** guarani de 31 anos, técnica em Enfermagem. Trabalhou por dez anos como agente de saúde na aldeia Amambai, em Amambai (MS), onde cresceu e vive atualmente. Trabalha em um dos postos de saúde da aldeia, no setor de farmácia. É mãe solteira de uma filha. Luta pelo fim do casamento e da gravidez precoces, assim como pelo fim da violência contra a mulher dentro da aldeia.

- **Franci Chamorro Lopes:** guarani kaiowá de 16 anos, estudante do terceiro ano do Ensino Médio. Vive na aldeia Amambai, em Amambai (MS), faz parte do time de futsal da escola e do grupo de dança da aldeia. Planeja fazer faculdade de Letras, Artes Cênicas e sonha em ser modelo.

- **Aparecida Benites:** guarani kaiowá de 24 anos, professora da língua materna (guarani) na escola da aldeia Amambai, em Amambai (MS), onde vive. Formada em História pela UEMS. Teve câncer de colo do útero. Participa do grupo de dança há 12 anos e joga futebol no time organizado pelas mulheres da aldeia.

- **Elismara Freitas Duarte:** kaiowá de 21 anos, estudante de Geografia na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Nasceu na aldeia Sassoró, em Tacuru (MS), mas vive na aldeia Amambai, em Amambai (MS), desde pequena. Casou-se aos 15 anos para livrar-se das proibições da mãe, entre outros motivos. Participa do grupo de dança da aldeia e joga futebol no time organizado pelas mulheres.

- **Jhonn Nara Gomes:** kaiowá de 15 anos, cursa o nono ano na escola. Vive no acampamento Guaiviry, em Aral Moreira (MS), cuja liderança política, Nísio Gomes, seu avô, foi assassinada por pistoleiros em 2011. Jhonn Nara luta pela manutenção da cultura e das tradições indígenas e pela conquista da terra de seus ancestrais. Representa as crianças e adolescentes da América Latina no júri infantil do Prêmio das Crianças do Mundo.

5.4 REDAÇÃO

Desde o início do processo de produção e, principalmente, na redação, busquei realizar o que Ijuim define como “jornalismo humanizado”:

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. No trabalho de apuração, busca versões verdadeiras e não, necessariamente, produz a verdade, pois o repórter não se relaciona com um objeto, mas com outros seres humanos envolvidos no processo comunicativo. Dessa forma, sua busca envolve a compreensão das ações dos sujeitos da comunicação – é a expressão dos sentidos da consciência. Na procura da essência dos fenômenos, atribui-lhe significados, os sentidos, para proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas. (IJUIM, 2011, p. 17).

O processo de redação começou a se mostrar muito mais difícil do que pensei que seria já durante a apuração, especificamente depois da entrevista com a antropóloga Lauriene. Àquela altura, eu já havia realizado quase todas as entrevistas e vinha com uma linha de pensamento bem formada sobre o que escreveria e como o faria. Lauriene me apresentou uma outra perspectiva e, a partir daí, fui constantemente atormentada pela possibilidade de estar escrevendo algo que prestasse desserviço à causa, que contribuísse ainda mais com uma visão estereotipada e estigmatizada dos povos e das mulheres indígenas. Procurei lembrar sempre das coisas que ela me explicou e tomar o máximo cuidado com as palavras utilizadas.

Em diversos momentos, me questioneei em relação a juízos que imprimia no texto, me perguntei se as fontes gostariam ou não do que escrevi e da forma como foram retratadas, se se chateariam, se o trabalho poderia ser, de alguma forma, contraproducente para a causa indígena. É inevitável não sentir-se em dívida com as pessoas que entrevistamos e que nos doaram tanto de suas memórias e vivências, principalmente se há uma causa maior em jogo, com a qual você compactua integralmente (sem imparcialidade aqui).

Por outro lado, a ideia de “polir” personagens, deliberadamente excluindo falas ou aspectos que pudessem não contribuir com a imagem de heroínas perfeitas, desconstruídas e politizadas, me agrada tão pouco quanto o medo de magoar ou ofender uma fonte. Assim, optei pela honestidade e pela transparência – a minha. Não tentei ser imparcial ou neutra, ou, até mesmo, apresentar uma única verdade, porque não era esse

o objetivo. Tentei encontrar um equilíbrio em que não prejudicasse o grupo, a luta e nem o texto como material jornalístico.

É importante falar da escolha pelo uso da primeira pessoa em algumas partes das reportagens: a iniciativa partiu de mim, e foi ratificada pelo orientador, levando em conta os trabalhos jornalísticos contemporâneos realizados nacional e internacionalmente, em que se estimula a presença do repórter quando necessário (quando for preciso e relevante à narrativa o repórter dizer o que viu e o que sentiu). Como exemplos muito bem-sucedidos dessa prática, podemos citar Daniela Pinheiro, da revista *piauí*, e a própria Eliane Brum (tão exaustivamente citada neste trabalho, eu sei).

Pode-se dizer que o uso da primeira pessoa trata-se, também, de uma tentativa de ser mais transparente e, assim, aproximar mais o leitor não só da fonte, mas do repórter, que não deve representar uma entidade acima de qualquer parcialidade (porque não o é). O uso da primeira pessoa veio acompanhado de descrições de impressões e sentimentos pessoais, acreditando que é importante essa conexão entre um repórter que se posiciona e o leitor.

Um dos pontos norteadores do trabalho, talvez sua maior proposta, foi o protagonismo das mulheres indígenas entrevistadas. Por essa razão, em acordo com o orientador, algumas informações e afirmações feitas pelas fontes foram checadas, principalmente se se tratavam de denúncias, mas houve a opção por não checar a maior parte delas. A justificativa se dá pela própria proposta do trabalho. O objetivo aqui não era realizar panoramas gerais sobre a situação indígena, ou apresentar “os dois lados”, mas sim dar voz a elas, acreditando que o que mais importava era escutá-las e transmiti-las, exatamente como soam, exatamente como são (ou como parecem).

As melhores narrativas estão entre aquelas que menos se distinguem das histórias orais contadas por narradores anônimos (BENJAMIN, 1994). Por esse motivo, e por acreditar que a melhor escolha seria ser fiel a todos os aspectos de minhas fontes, decidi reproduzir suas falas integralmente da forma como foram ditas durante a entrevista, com todos os erros de gramática e concordância. Da mesma forma, adequiei a narrativa a essa característica, evitando palavras e construções formais geralmente usadas na reportagem tradicional ou que destoassem em relação à oralidade das fontes.

Acredito que, mais do que para cumprir uma necessidade jornalística, o ato de contar estas histórias e apresentar as personagens exatamente como são (ou como eu as vejo) assume um caráter político, de tornar visível este segmento da população marginalizado e ignorado.

Os capítulos foram divididos por temas e por histórias. A lista original de possíveis temas, que fiz durante a pré-apuração, me serviu para separar as temáticas, mas houve situações em que uma só personagem englobava mais de um tópico. Isso não foi exatamente um problema, já que a ideia era dividir os capítulos por personagens (cada uma em um).

O primeiro capítulo trata da questão da terra. O segundo, basicamente, também (apesar de conter outros ganchos, como o resgate da cultura tradicional e a relevância internacional da personagem). A diferença entre eles é que o primeiro retrata uma mulher mais velha (58 anos) e o segundo, uma adolescente de 16 anos. Os dois foram escolhidos para estar em sequência justamente para fazer um paralelo do mesmo tema a partir de diferentes perspectivas. Foram selecionados para abrir o livro porque, como já visto, a questão fundiária é a maior das lutas e é o problema que origina todos os outros problemas para os indígenas. O terceiro capítulo tem como tema principal a saúde indígena (pela formação da entrevistada), mas também trata de violência doméstica e religião. O quarto capítulo é o mais amplo – não tem uma temática que mais se destaca, mas tem uma personagem bastante forte que aborda vários temas importantes (a questão da terra, a violência contra a mulher, o preconceito, a religião). O quinto e último capítulo é o único que conta a história de mais de uma personagem, pelo fato de serem muito complementares – são quatro. A temática principal é o relacionamento de mulheres jovens com a arte, o esporte e a universidade, perpassando questões como o preconceito, o casamento precoce, etc.

O processo de redação ocorreu entre 24 de setembro e a metade de novembro. Fui (e sou) muito inspirada pelo estilo narrativo de Eliane Brum, abusando de descrições sinestésicas e de momentos que talvez não pareçam tão importantes, mas que podem enriquecer bastante a narrativa. O livro tem 110 páginas. Seus cinco capítulos são: *A luta e a reza na ponta da língua*, com 17.980 caracteres; *A neta de Nísio tem nome*, com 23.991 caracteres; *Entre a cruz e o estetoscópio*, com 23.297 caracteres; *Filha da incerteza*, com 31.391 caracteres; e *Impedidas*, com 35.048 caracteres – totalizando 131.707 caracteres.

5.5 FORMATO E DIAGRAMAÇÃO

A diagramação e a criação do projeto gráfico foram terceirizadas e estiveram sob os cuidados da amiga Alice da Silva – tanto por minha impossibilidade de tempo quanto

pela inabilidade gráfica. O formato é o de 14 centímetros de largura por 21 centímetros de altura, o de uma folha A5. Optei por fazer um sumário (algo que a designer não incluiria no projeto por uma questão de senso estético), por ser relevante do ponto de vista jornalístico. Também escolhi quais seriam as fotos a ilustrar cada capítulo. O restante (capa, fontes, posicionamento do anexo no livro, distribuição das fotos, etc) ficou a cargo dela.

5.6 EDIÇÃO E REVISÃO

A edição do texto em si começou depois da transcrição das entrevistas. Antes de iniciar a redação de um capítulo, listava os tópicos abarcados na entrevista e, a partir daí, ia selecionando o que entrava e ordenando os parágrafos. O título do livro foi a parte mais difícil. Foi definido já bem perto da conclusão do trabalho. Para montar o subtítulo, tive a ajuda do orientador. Os títulos internos, quase todos, foram feitos por mim logo após o término dos capítulos.

O último capítulo tem de ser mencionado por ser uma exceção: é o único que contém mais de uma personagem principal e, por isso, optamos, eu e o orientador, por separar as histórias visualmente. O motivo foi o fato de que, apesar de conterem a mesma temática, as histórias dificilmente se conectariam organicamente, pela extensão do texto, e perderiam sua força caso “se misturassem”. Levantamos a hipótese de utilizar entretítulos, um para cada parte do capítulo (são três). A escolha se justificaria, mesmo que o recurso não tivesse sido usado em nenhum outro capítulo, pelo fato excepcional de haver mais de uma história e personagem. Entretanto, optamos por deixar apenas o título principal e não colocar entretítulos, receando que causassem um desequilíbrio gráfico e crentes de que isso não influenciaria negativamente no entendimento e na leitura.

Um último detalhe de edição foi a sugestão da designer de incluir uma sinopse na capa traseira do livro. Optei por usar um trecho do capítulo 1, uma fala da entrevistada que, obviamente, não é capaz de representar todo o conteúdo, por ser este bastante diverso, mas que representa a maior luta dessas mulheres.

Os responsáveis pela revisão foram somente eu (por diversas vezes) e o orientador, em suas correções. A ideia era que o texto passasse também por outra pessoa, pelo menos, para revisão e críticas, mas isso não foi possível devido ao cronograma apertado.

5.7 FOTOGRAFIA

Todas as fotos foram tiradas por mim durante o período de apuração, usando uma Nikon D200 emprestada do Laboratório de Fotojornalismo do curso. Vinte e três fotos foram selecionadas, a princípio, para serem editadas. Destas, nove foram utilizadas no livro.

A pós-produção fotográfica foi terceirizada e ficou aos cuidados do amigo Rafael Venuto. Rafa teve total liberdade para a edição e fez versões coloridas e em preto e branco para todas as fotos.

5.8 ANEXO

Para auxiliar o leitor a visualizar a localização geográfica da pauta, optei por inserir um mapa como anexo, focando na região onde Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai se encontram e indicando os municípios onde residem as fontes principais. O mapa foi desenhado por Alice da Silva, responsável pela diagramação e projeto gráfico, e foi incluído logo no início do livro para facilitar a leitura (e, também, como forma de conectá-lo imediatamente com a ilustração de capa).

6. CUSTOS

O orçamento total foi de R\$ 2.029,60, integralmente custeado pela aluna. Abaixo, a descrição dos gastos.

DESCRIÇÃO	VALOR
Transporte	R\$ 629,30
Alimentação	R\$ 309,15
Telefone	R\$ 55,05
Hospedagem	R\$ 580,00
Edição de fotos	R\$ 100,00
Diagramação e projeto gráfico	R\$ 165,00
Impressão dos livros (3 cópias)	R\$ 144,30
Impressão dos relatórios (3 cópias)	R\$ 21,90
Outros	R\$ 31,80
TOTAL	R\$ 2.036,50

7. DIFICULDADES E APRENDIZADOS

Meu primeiro grande desafio foi enxergar uma pauta (fechada, concreta e palpável) dentro do tema tão amplo que era “mulheres indígenas na fronteira”. Como relatado anteriormente, minha experiência e envolvimento anterior com o assunto eram mínimos, por isso, sentia que meu olhar sobre a pauta podia estar equivocado, como se eu estivesse “inventando”, forçando uma angulação que talvez não correspondesse exatamente com a realidade. Uma vez que consegui fechar a lista de possíveis temas, fiquei mais tranquila e saí para a apuração com a disposição e a flexibilidade de mudar tudo, caso fosse necessário, dependendo de o que eu encontrasse durante a viagem.

A segunda dificuldade, que foi também uma grande oportunidade de aprendizado, foi o fato de que as fontes para a minha pauta não se achavam pela internet. Foi preciso ir até elas, “sujando a sola do sapato”, sair à rua, perguntar, conversar, pedir indicações. Fiz um grande esforço de busca por pessoas que pudessem me introduzir nas aldeias, que conhecessem essas mulheres e pudessem me apresentá-las. Isso também foi feito, majoritariamente, através de indicações, como já dito, e com um pouco de pesquisa na internet e algumas ligações telefônicas. De modo geral, só conheci as condutoras de minha narrativa no momento em que as entrevistei.

Outro desafio foi sair de viagem para uma cidade desconhecida, sozinha, sem ter ideia alguma de quais seriam meus próximos passos. Sou uma pessoa bastante organizada, então, essa incerteza e a impossibilidade de planejamento para muito além das próximas horas do dia foram bastante difíceis. Tive muita dificuldade em realizar as entrevistas com Paulina, a primeira mulher indígena entrevistada, em Guaíra, pelo fato de que ela era muito ocupada e eu sempre tinha horário para voltar à cidade, por causa do ônibus – tanto que permaneci cinco dias na cidade com o único objetivo de entrevistá-la (em cinco dias em Amambai, eu já tinha cerca de dez entrevistas).

Com relação às entrevistas, tive problemas apenas com a própria Paulina, como já relatado. Por causa disso, e do impacto inicial de ter dormido na aldeia, participado do ritual religioso, me deparado com a falta de banheiro, entre outras coisas, sofri um choque de realidade bastante forte. Refleti de forma nítida, pela primeira vez, sobre meus limites pessoais (e, por que não, físicos). Até onde eu podia aguentar dormir em um estrado de madeira, sozinha, num cômodo sem luz e em chão de terra batida? Até onde eu podia estar ok com a ausência de um banheiro na forma como o conheço e com

que estou acostumada? E com um “chuveiro” ao ar livre? Sem sinal de celular e, por isso, sem poder avisar aos meus pais que estava bem?

É bastante fácil concluir que somos capazes de aguentar algum tipo de situação de “privação” temporária *antes* de estar nela. Que faremos o que for necessário, pelo bem da reportagem e do bolso. Pela aventura, em uma definição essencialmente romantizada. Mas tudo muda de figura quando você realmente se depara com essas situações. No dia seguinte à chegada, pela manhã, já que não poderia entrevistar Paulina naquele sábado (por conta de compromissos pessoais dela), peguei uma carona para a cidade e me transferi para um hotelzinho perto da rodoviária. Exigiu-me um pouco de coragem admitir que fui covarde e que o que fiz foi fugir.

Exigiu-me bastante coragem admitir a sensação de impotência frente a meus próprios privilégios (ou à falta deles), já nas primeiras 24 horas de viagem. Fugi, e isso me fez sentir vergonha quando parei para refletir sobre minha tão proferida “ausência” de preconceito, sobre a dificuldade de eliminar o olhar estrangeiro quando a diferença está em coisas tão “básicas”, tão naturalizadas, como um vaso sanitário ou um chuveiro. Fui escancarada a uma outra parte de mim, uma que é limitada e hipócrita, como todo mundo é, de alguma forma. Esse, com certeza, foi um dos maiores aprendizados. Não foi “bonito”, mas foi necessário. É, de alguma forma, um alívio poder se enxergar na forma crua, mesmo que o que vejamos não seja bom. É honesto, pelo menos. Livrar-se de (ou pelo menos reconhecer) um pouco da hipocrisia que carregamos não deixa de ser um tanto libertador.

Paulina é e foi muito boa comigo, tanto que me recebeu na própria casa por uma noite e também em todas as vezes em que voltei à aldeia. Mas também é dona de uma personalidade bastante forte e isso causou alguns desconfortos. Por diversas vezes, me senti uma intrusa, um incômodo, um estorvo, como se ela não quisesse que eu estivesse ali. Admito que não soube lidar muito bem com isso e assumi uma postura retraída e um pouco infantil. Mas passou, e aprendi.

Estar sozinha foi um desafio que gostei muito de superar. Tive muita ajuda, muita mesmo. Não esperava encontrar tantas pessoas boas, solícitas e generosas pelo caminho. Mas, com certeza, foi uma conquista ter passado por tudo sozinha e é por isso também que este trabalho tem um gostinho especial.

Do ponto de vista da produção, a dificuldade maior foi encontrar a forma certa de contar as histórias e representar as personagens, sem estigmatizá-las e contribuir para o fortalecimento de estereótipos negativos a respeito dos indígenas (mas também não

vitimizá-los/as). Adequar o processo de escrita e edição ao objetivo final: sensibilizar para a causa indígena e mostrar as mulheres como protagonistas e guerreiras. Como relatado anteriormente, a conversa com a antropóloga Lauriene me abriu para um novo ponto de vista e aspectos que eu ignorava. Por isso, tive grande preocupação em não escrever nada que “soasse contra”, ao mesmo tempo em que respeitando o aspecto jornalístico de apresentar as coisas como elas são (ou como as enxergamos), sem abrandamentos ou polimentos. Tive esse receio também em relação às impressões pessoais que deixei no texto. Algumas foram discutidas com o orientador, que me apresentava sua opinião, e reconsideradas. A solução encontrada, como já dito, foi a tentativa de equilibrar a finalidade política do trabalho com a honestidade sobre o que vi, ouvi, percebi e senti, considerando meu lugar de fala, de não-indígena e branca.

Escrever grandes volumes de texto também foi um desafio. Essa foi a primeira oportunidade em que apurei e escrevi com bastante profundidade em toda a graduação. Considerando a falta de experiência, consegui me organizar razoavelmente bem com as informações e com a montagem de estrutura dos capítulos, mas alguns foram mais difíceis de escrever do que outros (especialmente o 5, que contém mais de uma personagem principal). Realizar as conexões entre os diversos subtemas que as histórias apresentavam foi desafiador, assim como decidir o que entraria e o que ficaria de fora (sou péssima em cortar meu próprio texto), por isso os capítulos todos ficaram relativamente grandes. Pedi a ajuda e a opinião de meu orientador nesse sentido, para que ele me dissesse o que achava desnecessário e o que deveria ser cortado. No entanto, houve apenas uma ocasião em que isso foi necessário, no capítulo 3, quando me empolguei pesquisando e explicando a relação da Sesai com a Missão Evangélica Caiuá e perdi um pouco de vista a personagem, ponto mais importante da narrativa.

Creio que o prefácio do livro já ilustra bem os grandes aprendizados que tive. Concluo este trabalho, e esta etapa, feliz por ter podido me desafiar na última oportunidade enquanto estudante de Jornalismo, pela experiência que foi, de longe, muito melhor do que eu podia esperar, por poder experimentar e brincar com o texto, explorar a liberdade e a autonomia de decisão que um TCC e meu orientador proporcionaram e por contribuir (espero) para o que acredito ser a maior das funções do Jornalismo: escancarar o ignorado, o menosprezado, o invisível, questionar o que está posto e trabalhar em prol dos direitos humanos.

8. REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O Narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política: Ensaio sobre Literatura e História da Cultura**. 7.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

BRAND, Antonio. **O confinamento e o seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1993.

BRUM, Eliane Cristina. **A vida que ninguém vê**. Porto Alegre: Arquipélago, 2006. 204p.

CENSO Demográfico 2010: **Características gerais dos indígenas**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <
http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

HISTÓRIA e cultura guarani. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <
<http://www.funai.gov.br/index.php/ascom/1947-historia-e-cultura-guarani?start=1#>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

IJUIM, Jorge Kanehide. **A humanização e desumanização do jornalismo: algumas saídas**. Trabalho apresentado no XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM – NP Jornalismo. Recife, 2011.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012. 187p.

_____; NASCIMENTO, Adir Casaro. A escola indígena e sustentabilidade: perspectivas e desafios. **Anais do III Seminário Internacional Educação intercultural, Movimentos sociais e Sustentabilidade: perspectivas epistemológicas e propostas metodológicas**. Florianópolis, 2006.

NATYSEÑO: **Trajectoria, Luta e Conquistas das Mulheres Indígenas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

PROSE, Francine. **Para ler como um escritor: um guia para quem gosta de livros e para quem quer escrevê-los**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 319p.

RICARDO, Beto; SANTILLI, Márcio. Povos Indígenas, Fronteiras e Militares no Estado Democrático de Direito. **Revista Interesse Nacional**. Ano 1, n. 3. São Paulo, 2008.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. Escola Indígena: novos horizontes teóricos, novas fronteiras de educação. In: SILVA, Aracy Lopes da; FERREIRA, Mariana (org.).

Antropologia, História e Educação, a questão indígena e a escola. São Paulo: MARI/FAPESP/Global Editora, 2001, v. 1, p. 44-77.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera. Povos Indígenas em situação de fronteira. **Anais do IX Seminário Internacional de Direitos Humanos.** Campo Grande, 2012.

VERBETES elaborados por Edvaldo Pereira Lima. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.edvaldopereiralima.com.br/index.php/jornalismo-literario/conceitos>>. Acesso em: 16 nov. 2016.